



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8104-001

*mlou*  
*mlou* 1 *mlou*

310/2017

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MANUAIS  
ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2017/2018 – LOTE  
1 e 2, PELO VALOR GLOBAL DE 99.079,89€, AO QUAL  
ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL.**

Aos trinta e um dias do mês de Agosto do ano de dois mil e dezassete, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Júlia Gonçalves Sousa Gonçalves, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia vinte e um de outubro de dois mil e treze, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o acto, nos termos legais e a firma **TRONICOM, LDA**, com sede na Rua Álvaro Ferreira Alves, 25 em Santa Marta do Pinhal, Seixal, matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o número único de matrícula e pessoa coletiva 503233080, com o capital social de 100.000,00€ representada por **MARIA CLARA LOPES ROMEIRO LANÇA**, portadora do cartão de cidadão número 09470632 8ZZ9, emitido pela República Portuguesa, válido até 31 de Julho de 2018, contribuinte número 153910917, a qual outorga na qualidade de gerente da empresa com poderes para o acto conforme consta da certidão permanente, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

**PRIMEIRA:** Por despacho do Sr. Presidente de **23 de Agosto de 2017**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da Republica número 134, II Série de 13 de julho de 2017, foi adjudicado à firma **TRONICOM, LDA**, a: "**AQUISIÇÃO DE MANUAIS ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2017/2018 – LOTE 1 e 2**" pelo valor global de 99.079,89€ (noventa e nove mil setenta e nove euros e oitenta e nove centimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/02.01.15**;-----



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**

Código Postal 8104-001

*melua*  
*Vili Flores* 2 *af.*

A despesa referente a este contrato tem os compromissos orçamentais n.ºs **9365** e **9367** e os LCPA n.ºs **11628** e **11630**, no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

O valor do Lote 1 é de 9.286,66€ (nove mil duzentos e oitenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos) e o Lote 2 é de 89.793,23€ (oitenta e nove mil setecentos e noventa e três euros e vinte e três cêntimos);-----

**SEGUNDA:** O objeto do presente contrato consiste na aquisição de manuais escolares para o ano letivo 2017/2018 – Lote 1 e 2, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II do caderno de encargos e na proposta do fornecedor que se dá por inteiramente reproduzida; -----

**TERCEIRA:** A entrega dos bens será efetuada nos estabelecimentos de ensino a indicar oportunamente pela Divisão de Educação e Juventude da Câmara Municipal de Loulé, sendo as despesas inerentes ao transporte da inteira responsabilidade do fornecedor, sem que tal represente qualquer custo adicional para a Edilidade.-----

As quantidades indicadas na parte II – Clausulas Técnicas do caderno de encargos constituem uma previsão pelo que se procederá à devolução do excedente de manuais, sendo estes devolvidos ao fornecedor, ficando o transporte e/ou portes por conta deste último, não tendo o Município de Loulé outra obrigação que não a de pagar os manuais com que efetivamente ficar.-----

Caso ocorra a necessidade de troca de manuais, esta deverá ocorrer dentro do mesmo lote e respeitando o preço base.-----

Para todos os artigos indicados, deverá ser sempre considerada a versão mais recente.

**QUARTA:** O prazo de entrega dos artigos requeridos deverá ocorrer num prazo máximo de 10 dias após a assinatura do contrato.-----

**QUINTA:** O fornecedor obriga-se a entregar à Edilidade o bem objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II – Clausulas Técnicas do Caderno de Encargos.-----

O bem objeto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para o fim a que se destina. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a





**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**

Código Postal 8104-001

*mda*  
3  
*diplom*  
*df*

ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens. O fornecedor é responsável por qualquer defeito ou discrepância do bem objeto do contrato que exista no momento em que o bem lhe é entregue.-----

**SEXTA:** Caso se verifique, aquando da entrega, que os bens entregues não correspondem às características que lhe são atribuídas pelo fornecedor na sua proposta, este é responsável pela sua substituição, em tempo útil, e pelos encargos inerentes a essa substituição.-----

**SÉTIMA:** Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima referidos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;-----

Não constituem motivos de força maior os previstos no ponto 3 do artigo 12 da Parte I – cláusulas gerais do caderno de encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;----

**OITAVA:** O prestador de serviço garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da Edilidade;-----

**NONA:** As quantias devidas serão pagas no prazo de 30 dias após a receção das respectivas faturas, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respectiva;-----

Em caso de discordância por parte da Edilidade quanto aos valores indicados nas facturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
Código Postal 8104-001

*mda*  
4  
*[Signature]* *[Signature]*

fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida;-----

**DÉCIMA:** Se o fornecedor não cumprir o prazo de entrega estabelecido, ou o que venha a ser acordado, acrescido das prorrogações legais ou graciosas que venham a ter lugar, ser-lhe-á aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o valor do contrato, de montante a fixar nos seguintes termos:-----

- a) + 2% (dois por cento) até ao quinto dia de atraso; -----
- b) + 4% (quatro por cento) do sexto ao décimo dia de atraso;-----
- c) + 6% (seis por cento) do décimo primeiro ao décimo quinto dia de atraso;-----
- d) + 8% (oito por cento) por cada dia de atraso, a partir do décimo quinto dia de atraso em diante, até ao limite de 36% (trinta e seis por cento).-----

Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a Edilidade pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 20% do preço contratual. Ao valor da pena pecuniária acima referida são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do primeiro paragrafo deste artigo, relativamente ao bem objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.-----

Na determinação da gravidade do incumprimento, a Edilidade tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que a Edilidade exija uma indemnização pelo dano excedente. Para efeitos da aplicação das penalidades previstas, considera-se que o prazo de entrega do bem se encontra cumprido na data do fornecimento, desde que se encontre em condições de ser recebido. -----

**DÉCIMA PRIMEIRA:** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente quando se verificarem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias seguidos ou quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo fornecedor.-----





**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**

Código Postal 8104-001

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;-----

**DÉCIMA SEGUNDA:** A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos;-----

**DÉCIMA TERCEIRA:** Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos Tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro;-----

**DÉCIMA QUARTA:** Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e restante legislação aplicável.-----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Presidente de 23 de Agosto de 2017, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----
- Caderno de Encargos;-----
- Proposta do adjudicatário;-----
- Deliberações de Câmara e Informações técnicas.-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes. -----

**O PRIMEIRO OUTORGANTE,**

*[Assinatura]*

**A SEGUNDA OUTORGANTE,**

**TroniCom**  
 Maria Clara dos Reis Romão Sampaio  
 NIF: 503 233 080  
 A Gerência

**O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,**

*[Assinatura]*  
 Maria Filia Gonçalves Sousa Gonçalves